

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Gazeta Mercantil

Class.: Houston/Rec. Externo

Data: 05 e 07/06/93

Pg.: 4 - Esp. Meio Ambiente

31

Ricos iniciam ajuda à floresta tropical

por Raquel Stenzel de Brasília

Os primeiros recursos alocados pelo Grupo do Sete países mais industrializados (G-7) para o Programa-Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil começaram a ser repassados. Já chegaram aos cofres do governo cerca de US\$ 300 mil, de um total de mais de US\$ 1 milhão, previsto para a fase de pré-investimento.

Ou seja, para o detalhamento dos seis projetos, já aprovados pelo Banco Mundial, que compõem a primeira parte do programa e que têm o valor global de US\$ 126 milhões.

De acordo com fontes do Ministério do Meio Ambiente, a expectativa é que o cronograma de desembolso efetivo do programa seja iniciado em setembro.

O governo brasileiro preparou o programa-piloto depois que o G-7, em sua reunião de cúpula em Houston, em 1990, fez um oferecimento de recursos para proteção das florestas tropicais brasileiras (o G-7 é formado por Canadá, Estados Unidos, Japão, Inglaterra, França, Itália e Alemanha). O orçamento inicial era de US\$ 1,8 bilhão, mas foi reduzido a US\$ 280 milhões para a fase inicial. Deste total, US\$ 58 milhões foram alocados num fundo para florestas tropicais instituído no Banco Mundial e o restante em cofinanciamento bilateral com os países do G-7, Países Baixos e Comissão das Comunidades Europeias.

A grande preocupação do governo brasileiro, no momento, e com a recente tendência dos países do G-7 de incluir no programa-piloto todos os projetos bilaterais já em andamento com o Brasil. Com isso, o Brasil vê a possibilidade de ser reduzido o ingresso de recursos novos com o programa-piloto.

Como exemplo de impossibilidade de todos os projetos bilaterais serem incluídos no programa-piloto, fontes do governo citam o programa bilateral com a Alemanha de zoneamento ecológico-econômico do Estado do Acre. Este programa, já em andamento, está orçado em US\$ 17 milhões. A Alemanha alega que este projeto deva fazer parte do orçamento conjunto previsto no programa-piloto para o zoneamento ecológico-econômico de toda a região amazônica. "O problema é matemático. De acordo com o programa-piloto, serão destinados ao zoneamento de toda a região Cr\$ 23 milhões. Se considerarmos no todo os US\$ 17 milhões do programa do Acre, o que sobrar para os outros estados?" questiona uma fonte governamental. "Pelo acordo de Genebra, celebrado em dezembro de

1991, seriam destinados US\$ 250 milhões em recursos novos para a primeira fase do programa", lembra.

Os seis projetos aprovados pelo Banco Mundial e que já receberam os primeiros recursos são:

- Projeto de demarcação de reservas indígenas, no valor total de US\$ 28,8 milhões. Deste total, foram repassados até o momento US\$ 30 mil.

- Projeto Demonstrativo Tipo A, que financia projetos das comunidades tradicionais. Este projeto visa dar condições às comunidades locais de explorarem os recursos naturais de forma racional e sustentável, entre eles os seringueiros e os pescadores. A previsão orçamentária é de US\$ 30 milhões, num período de implantação de dois anos.

- Reserva extrativista — foram definidas quatro reservas, de Chico Mendes, Alto Juruá, Ouro Preto e Rio Cajari, onde serão desenvolvidos projetos de conservação com exploração rentável. O objetivo é que cada comunidade demarque, desapropriar, sinalize e desenvolva um plano de utilização da reserva. O projeto tem valor total de US\$ 9 milhões.

- Florestas nacionais — projeto que cria unidades de manejo e de pesquisa. As primeiras áreas escolhidas são Tapajós, no Baixo Amazonas, Tefé, no Amazonas, e Caxiuanã, no Pará.

- Pesquisa dirigida, desembolso científico e tecnológico, num valor total de US\$ 18 milhões.

- Centro de excelências, que visa melhorar os centros de pesquisas, num valor de US\$ 30 milhões. Os primeiros centros a serem beneficiados são o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia e o Museu Paraense Emílio Goeldi.

Estão ainda em fase de adiantada elaboração, e já foram apresentadas ao Banco Mundial, os projetos referentes a monitoria e vigilância, zoneamento ecológico-econômico, fiscalização e controle e fortalecimento institucional das organizações estaduais de meio ambiente.

A expectativa do Ministério do Meio Ambiente é de que no próximo ano seja repassada grande parte dos recursos do G-7 para o programa-piloto: